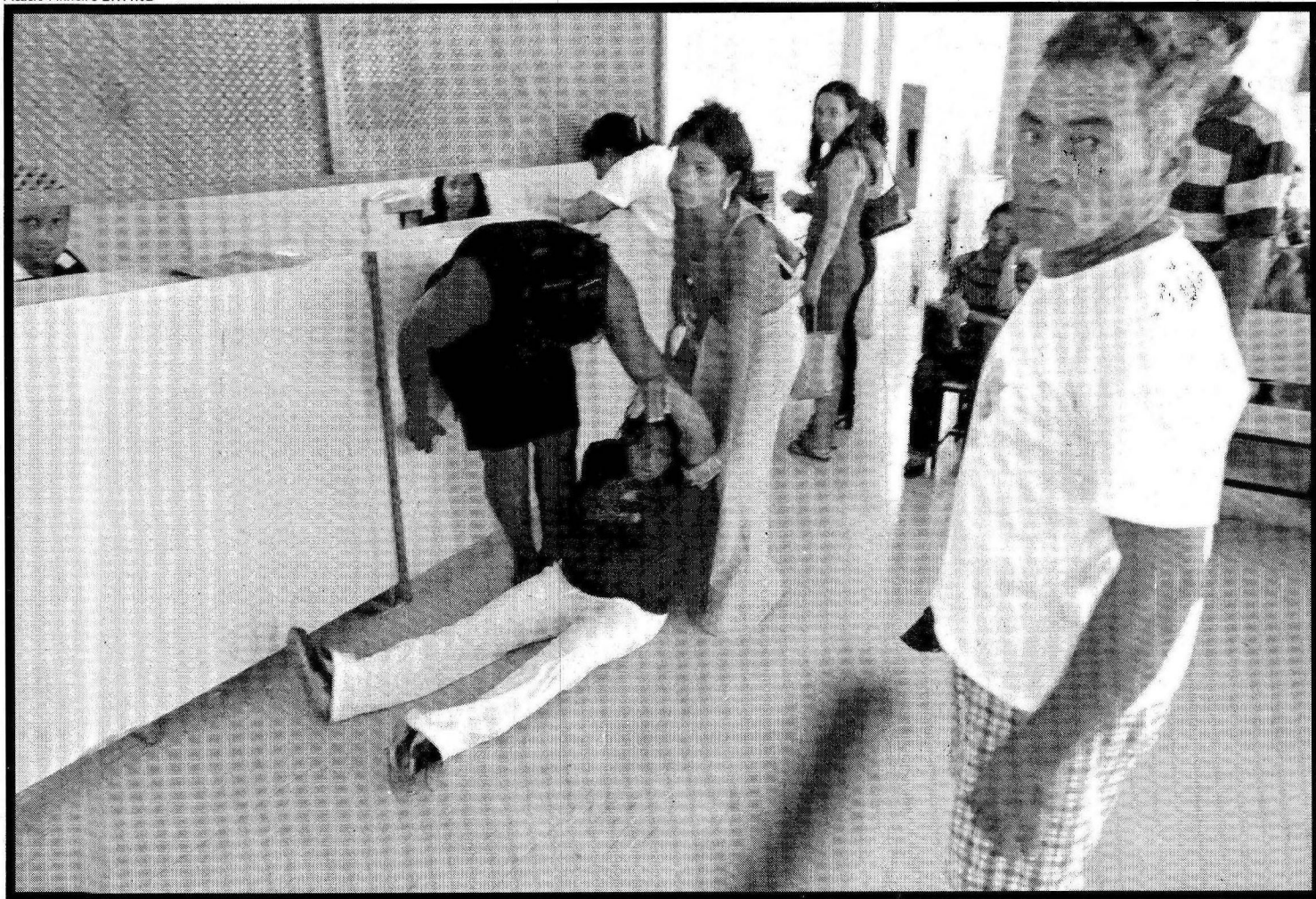


POLÍTICA DE GOVERNO

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana quer descobrir se houve, nos hospitais e farmácias do Distrito Federal, violação do direito à vida

Acácio Pinheiro 29.11.02



PACIENTE DESMAIA EM FILA DE HOSPITAL PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL: CRISE DO SETOR PASSA A SER CONSIDERADA UMA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Ministério da Justiça investiga saúde no DF

Juliana Cézar Nunes
Da equipe do **Correio**

ENTENDA O CASO

A falta de remédios e material hospitalar no sistema público de saúde do Distrito Federal em 2001 e 2002 agora passa a ser tratada, no Ministério da Justiça, por especialistas em direitos humanos que, até então, investigavam somente casos como assassinatos de índios no Mato Grosso do Sul, superlotação de presídios em Rondônia, morte de cozinheiro na Polícia Federal do Rio de Janeiro e grupos de extermínio na Paraíba.

A inclusão do DF no grupo aconteceu durante a reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), coordenada pelo secretário especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda. Foi dele a sugestão de, pela primeira vez na história do Conselho, considerar as irregularidades na área de saúde como violação dos direitos humanos. Miranda também encaminhará o caso à Controladoria Geral da União e ao Ministério da Saúde, que terão de informar ao conselho sobre as providências tomadas.

“Ao que parece, trata-se de uma violação do direito à vida”, classificou a professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP) Flávia Piovesan, que também participou da reunião do CDDPH. “Na última reunião, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos analisou a falta de remédios em

■ Antes de chegar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), a crise na saúde do Distrito Federal foi tema de investigações de diversos órgãos. Os primeiros a identificar o problema foram os conselhos regionais de Medicina e Farmácia e o Ministério Público, em novembro de 2001. Confira como a história desses pacientes chegou ao CDDPH esta semana:

■ No segundo semestre do ano passado, o Ministério

da Saúde, a Controladoria Geral da União e os tribunais de Contas da União e do DF fizeram auditorias na Secretaria de Saúde para saber as origens da falta de remédios e material hospitalar

■ Foram constatadas irregularidades como superfaturamento e desvio de verbas, que levaram a uma grave crise em hospitais e farmácias públicas. Nos relatórios, técnicos do Ministério e dos tribunais registraram depoimentos

de pacientes vítimas da falta de atendimento adequado. Alguns deles teriam morrido em decorrência disso

■ Para resguardar o direito à saúde e à vida, previstos na Constituição, representantes do Ministério Público, Tribunal de Contas do DF e Ordem dos Advogados do Brasil elaboraram um documento e o entregaram ao CDDPH. Nele, descrevem as causas e consequências da crise no setor nos últimos três anos.

El Salvador e deu orientações às outras comissões nacionais para que procurassem e aceitassem temas semelhantes.”

O relator do caso do DF no conselho será o reverendo Romeu Olmar Klich, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos. Ele calcula que precisará de pelo menos dois meses para definir a partir de que momento a crise na saúde deixou de ser um problema administrativo e passou a colocar a população em risco. Um dos primeiros pontos que Klich analisará foi sugerido pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que também faz parte do conselho do CDDPH. “Temos de

fazer um levantamento de todas as decisões judiciais garantindo o direito dos pacientes aos remédios não cumpridos pela Secretaria de Saúde do DF no ano passado”, alertou Brindeiro.

Sobre a inclusão do DF na pauta do conselho, o secretário de Comunicação do Governo do Distrito Federal, Paulo Fona, afirmou que o governo sempre esteve à disposição dos órgãos públicos para prestar os esclarecimentos necessários. “A superexposição do sistema está diretamente relacionada com os mais de 300 mil pacientes que são atendidos pela rede hospitalar local, mas que vivem em outras unidades da federação”, avalia.

O secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, também se diz aberto ao diálogo. Ao tomar posse no final de novembro, ele admitiu que a situação era tão grave que seriam necessários dois anos para que a rede voltasse a funcionar normalmente. “Desde que entramos aqui, muita coisa mudou. Tomamos todas as medidas recomendadas pela auditoria do Ministério da Saúde”, afirma Bernardino. “A única coisa que vamos rebater é o uso de uma situação adversa para qualquer outra finalidade a não ser o bem da população. Não podemos mais permitir que ela sofra sequer com notícias alardeantes que, em vez de colaborar, retirem a esperança.”